

DA MASCULINIDADE HEGEMÔNICA ÀS SUBALTERNAS: A MASCULIDADE LÉSBICA EM CONTOS BRASILEIROS CONTEMPORÂNEOS

Mariana Chaves Petersen (UFRGS)¹

Resumo: Neste trabalho, faço uma revisão dos estudos de masculinidades e dos estudos de gênero, defendendo a inserção dos primeiros nos últimos. A seguir, foco a masculinidade hegemônica e suas possíveis relações com discursos feministas, para então discutir a masculinidade feminina lésbica, considerada um tipo de masculinidade subalterna, subordinada à hegemônica. Por fim, discuto algumas representações da masculinidade lésbica na literatura brasileira contemporânea, mais especificamente, nos livros de contos *Amora*, de Natália Borges Polesso, e *Faz duas semanas que meu amor*, de Ana Paula El-Jaick.

Palavras-chave: estudos de gênero; masculinidade hegemônica; masculinidade lésbica; literatura brasileira contemporânea.

Butch desire may, as some say, be experienced as part of “women’s desire”, but it can also be experienced, that is, named and interpreted, as a kind of masculinity, one that is not to be found in men (Judith Butler, “The end of sexual difference?”).

¹ Mestranda em Letras (Estudos de Literatura) do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. E-mail: mariana_petersen@hotmail.com.

Os estudos de masculinidades como parte dos estudos de gênero

Os estudos de masculinidades no mundo anglófono vêm ganhando visibilidade há, no mínimo, vinte anos. No Brasil, a presença dessas pesquisas é perceptível, ainda que bem mais recente. Nesse contexto, podemos nos perguntar: por que estudar masculinidades? Para Andrea Cornwall e Nancy Lindisfarne, autoras de *Dislocating masculinity: comparative ethnographies* [*Deslocando a masculinidade: etnografias comparativas*] (1994), os homens estariam passando a responder ao feminismo, não sendo mais as mulheres e os homens gays o “problema” em questão, mas o homem heterossexual; novas concepções de masculinidade surgem, pensando nesse “novo homem.” Essa visão é bastante questionável: como afirma Rosely Gomes Costa, “os estudos sobre masculinidades não formam um bloco monolítico” (Costa 2002: 213). Por isso, é importante que se pense em masculinidades no plural, não focando apenas o homem branco heterossexual, mas também – talvez principalmente – outras formas de masculinidade negra, gay e feminina. Nessa direção, Cornwall e Lindisfarne (1994) comentam uma das vertentes dos estudos de masculinidades, o da “masculinidade hegemônica”, que as autoras veem como definindo as formas bem-sucedidas de se “ser homem” e, por exclusão, outras masculinidades inadequadas, inferiores, ou “subordinadas”. Cornwall e Lindisfarne sugerem que, ao se localizar e se descrever a multiplicidade das masculinidades, as versões hegemônicas, que privilegiam alguns, começam a ser deslocadas. Mais adiante, daremos maior enfoque à masculinidade hegemônica e às masculinidades subordinadas.

Uma das discussões suscitadas pelos estudos de masculinidades é a de onde eles deveriam estar situados: como uma área à parte? no feminismo? nos estudos de gênero? A última possibilidade me parece ser a única plausível. Afinal, podemos falar em masculinidade como exclusiva dos homens? Creio que não, assim como não vejo sentido em localizar tais estudos no feminismo, a não ser que tratemos de uma crítica à masculinidade hegemônica, como veremos em breve. Costa (2002), em seu apanhado das críticas aos estudos de masculinidades, considera que o enfoque destes não são os homens, mas as relações entre homens e mulheres e as mediações masculino-feminino. A autora acredita que os estudos de masculinidades devam fazer parte dos estudos de gênero, de forma a evitar uma visão das categorias de gênero como polos fixos e o foco em apenas um deles, o “homem-masculino”; evitar-se-ia, assim, a desconsideração do polo “mulher-feminino” e das mediações entre ambos os polos, permitindo que as categorias de gênero sejam vistas como fluidas e relacionais. De fato, antes mesmo de falarmos em “estudos de gênero”, o feminismo já tinha importante papel em desestabilizar as estruturas de gênero, evidentemente que com enfoque nas mulheres, mas levando em conta, relacionalmente, os homens. Os estudos de gênero complexificaram essa discussão, desessencializando “feminino” e “masculino” como pertencentes às categorias “mulher” e “homem.”

Uma importante teórica nessa linha é Teresa De Lauretis. Em seu texto “A tecnologia do gênero” (1987), a autora parte da “tecnologia sexual” de Foucault, para quem a sexualidade é um sistema de poder que produz e regula o “sexo”, sendo um efeito produzido nos corpos e um dispositivo que os controla. Diferenciando sexo de gênero, De Lauretis cunha a expressão “sistema sexo-gênero”, que “é um conjunto de

relações sociais que se mantêm por meio da existência social” (De Lauretis 1994: 216). Segundo esse sistema, os sujeitos são inseridos em uma ordem desigual, que assegura sua manutenção; a partir de um “sexo” definido no nascimento, constrói-se o “gênero”, que é uma representação, um projeto social contínuo. Partindo da definição de ideologia de Althusser, a teórica conclui que “o gênero é efetivamente uma instância primária da ideologia, e obviamente não só para as mulheres” (De Lauretis 1994: 216). A partir de uma diferenciação biológica, primordialmente genital, inscreve-se o sujeito em feminino ou masculino, e, assim, opera o sistema sexo-gênero. Por meio de tal análise, percebe-se que algo que é tido como aparentemente “natural” é, na verdade, um construto social altamente ideológico. De acordo com De Lauretis (1994: 219), o papel do feminismo é “desenvolver uma teoria radical e uma prática de transformação sociocultural”, questionando o sistema sexo-gênero. Além disso, apesar de ambos homens e mulheres estarem inscritos nesse sistema, é o sujeito masculino, o suposto “sujeito universal”, que se beneficia dele. Negar o sistema sexo-gênero, segundo De Lauretis, seria negar a opressão sexual das mulheres e permanecer dentro dessa ideologia, que favorece o sujeito do gênero masculino.

Embora De Lauretis (1994) problematize o essencialismo biológico que iguala sexo a gênero no sistema sexo-gênero e questione a construção do gênero a partir do sexo, ela não enfatiza a questão de por que deve haver apenas dois gêneros, já que tratamos de construtos culturais. Esse é um dos caminhos trilhados por Judith Butler em *Problemas de gênero* (1990), que questiona, entre diversas outras coisas, a representação binária do gênero e a suposta coerência sexo/gênero/desejo. No sistema sexo-gênero, o sexo é visto como a origem, a causa, enquanto o gênero seria o efeito. Dessa forma, o sexo é tido como indiscutível. Butler questiona a diferenciação entre sexo e gênero, mostrando que os próprios critérios biológicos por meio dos quais o sexo é definido são problemáticos, podendo o próprio sexo ser também culturalmente definido, tal qual o gênero. Diz ela: “talvez o sexo sempre tenha sido o gênero” (Butler 2015: 27). Fundamentando seu pensamento em autores como Foucault e Derrida, Butler critica fortemente as pretensões de se buscar uma “origem”, não só no sistema sexo-gênero como também em diversos outros contextos. Se o gênero independe do sexo, se nem o sexo é tão facilmente divisível em dois como vemos em exemplos de estudos médicos que Butler cita, por que haveria apenas dois gêneros (coincidentes ou não com o sexo biológico)? De acordo com ela, “[o] gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (Butler 2015: 69). O gênero é uma estilização, e sua repetibilidade estrutural faz com que o tenhamos como natural, quando, na verdade, ele não o é. Butler nega a “substância”, nega a metafísica da presença, nega uma identidade anterior ao gênero; conclui, assim, pela “performatividade” do gênero:

o gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é *performativamente* produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero. [...] o gênero é sempre um efeito, ainda que não

seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra. [...] não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados. (Butler 2015: 56, grifos no original)

Para Butler, não há um gênero nem uma sexualidade anterior à cultura, não existe uma *origem*; performativamente, por meio de práticas reguladoras, o gênero se constitui, sempre como um efeito.²

Essa crítica de Butler (2015) às supostas origens dos efeitos também põe em xeque a aparente coerência do sistema sexo/gênero/desejo. Segundo essa estrutura reguladora, se uma pessoa nasce com caracteres sexuais femininos (sexo), é uma mulher (gênero) e se sentirá atraída por homens (desejo), sendo, assim, heterossexual. É evidente que há inúmeras rupturas possíveis nesse sistema, não só entre sexo e gênero, como também entre sexo e desejo ou, ainda, entre gênero e desejo. A heterossexualidade compulsória, comenta Butler, exigida pela coerência entre os gêneros homem e mulher, presume erroneamente que o desejo seja sempre oposicional; presume que homens desejam mulheres, que, por sua vez, desejam homens.

Masculinidade hegemônica, patriarcado e sujeito (masculino)

Em seu texto “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito” (2005) Raewyn Connell³ e James W. Messerschmidt fazem uma longa retomada sobre o conceito e suas aplicações em diversos estudos. Em meados dos anos 1980, “[a] masculinidade hegemônica foi entendida como um padrão de práticas [...] que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse” (Connell; Messerschmidt 2013: 245). Segundo os autores, esse tipo de masculinidade, cuja definição variou ao longo dos anos, distinguiu-se das outras subordinadas a ela, sendo adotada possivelmente por uma minoria dos homens (ou talvez por nenhum homem real); ela é normativa, de forma que exige um posicionamento em relação a

² Mais tarde, em *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”* [Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”] (1993), Butler retomaria o conceito de performatividade, discutindo algumas interpretações possíveis de sua obra, mas que não correspondiam necessariamente ao que ela tinha em mente quando a escreveu. A autora refuta a críticas de que a performatividade possibilitaria a visão de que um sujeito possa variar de gênero conforme lhe convém: “a performatividade deve ser compreendida não como um ‘ato’ deliberado, mas, preferencialmente, como a prática reiterativa e citacional por meio da qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (Butler 2011: xii, tradução minha). [No original: “performativity must be understood not as a singular or deliberate ‘act,’ but, rather, as the reiterative and citational practice by which discourse produces the effects that it names” (Butler 2011: xii).] Além disso, esse sujeito é construído na matriz das relações de gênero, não havendo um “eu” posterior nem anterior a ela: “Sujeitado ao gênero, mas subjetivado pelo gênero, o ‘eu’ não procede nem segue o processo desse engendramento, mas emerge apenas dentro de e como a matriz das próprias relações de gênero” (Butler 2011: xvi, tradução minha). [No original: “Subjected to gender, but subjectivated by gender, the ‘I’ neither precedes nor follows the process of this gendering, but emerges only within and as the matrix of gender relations themselves” (Butler 2011: xvi).]

³ Connell publicou o texto como “Robert”, mas, em suas mais recentes publicações, identifica-se como “Raewyn.” Assim, embora, nas referências, conste o nome “Robert”, chamarei a autora de “Raewyn”.

ela por parte dos homens, assim como legitima a subordinação das mulheres – o que pode se dar por meio de violência. Ainda de acordo com eles, as masculinidades hegemônicas passaram a ser vistas como abertas à mudança histórica, de forma que novas masculinidades poderiam substituir as anteriores na hegemonia. Uma das críticas a esse conceito é de que ele essencializa a diferença “macho-fêmea”; quanto a isso, os autores chamam atenção para estudos sobre masculinidades em corpos femininos, como veremos mais adiante. Segundo eles, “[a] masculinidade não é uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos”, podendo “se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular” (Connell; Messerschmidt 2013: 251). Ainda para os autores, “a conceitualização da masculinidade hegemônica deveria explicitamente reconhecer a possibilidade da democratização das relações de gênero e da abolição de desigualdades de poder, e não apenas a reprodução da hierarquia” (Connell; Messerschmidt 2013: 272). É evidente que falar em uma masculinidade hegemônica, calcada na subordinação das mulheres (e de alguns homens), só faz sentido se visar à desconstrução e/ou ao questionamento de sua hegemonia; o enfoque nas masculinidades só é possível – ou, pelo menos, ético – quando o feminismo é visto como seu predecessor. Do contrário, poder-se-ia estar de acordo com a hegemonia, e as razões para isso seriam, no mínimo, duvidosas.

No tocante aos discursos feministas, é possível, em alguns deles, relacionar a visão de “patriarcado” à masculinidade hegemônica. Partindo de estudo de 1995 de Almeida, segundo o qual a masculinidade hegemônica está relacionada a um discurso que atribui privilégios aos homens, Rosely Gomes Costa comenta que “[o] patriarcado seria uma ordem de gênero específica na qual a masculinidade hegemônica define a inferioridade do feminino e das masculinidades subordinadas” (Costa 2002: 216). Essa visão de patriarcado é bem similar à própria definição de masculinidade hegemônica de Connell e Messerschmidt (2013). Há outros paralelos possíveis entre esse tipo de masculinidade e discursos feministas: outra crítica sobre os estudos de masculinidades, de C. L. Costa, diz que as narrativas até então contadas teriam quase sempre uma perspectiva masculina, não sendo necessário, portanto, voltar-se (de novo) para ela (Costa 2002). Rosely Gomes Costa rebate essa posição dizendo que “as histórias têm sido contadas sob *uma* perspectiva masculina, por *uma parte* dos homens” e que os estudos de masculinidades poderiam ser vistos como uma maneira de se trazer outras perspectivas masculinas (Costa 2002: 220, grifos no original). A autora também menciona o fato de que os homens não aparecem em investigações “a partir de suas próprias especificidades de sexo/gênero; e sim como o Homem universal, representante do ser humano”, em oposição às pesquisas feitas sobre mulheres, nas quais elas aparecem como específicas (Costa 2002: 220).

Essas relações possíveis entre masculinidade hegemônica e patriarcado são passíveis de serem discutidas a partir do pensamento da teórica Luce Irigaray. No entanto, quando a autora fala em “patriarcado”, é preciso ter em mente que seu objeto é o discurso, a própria linguagem, dividida em gêneros.⁴ Em *je, tu nous* (1990),

⁴ Irigaray faz suas análises partindo da língua francesa, cujas palavras podem ser masculinas ou femininas, como é o caso do português.

Irigaray diz que a igualdade é um discurso que não funcionou na prática e, por isso, ela defende uma cultura da diferença. Aqui podemos estabelecer uma relação com a crítica que Costa (2002) levanta e discorda sobre o enfoque nas masculinidades apesar de as narrativas já trazem uma perspectiva masculina: é justamente contra esse padrão que Irigaray defende a visibilidade da diferença das vozes femininas. Segundo ela, a diferença sexual não pode ser reduzida a um fato extralinguístico da natureza, uma vez que tal diferença “condiciona a natureza e é condicionada por ela”; determina “o gênero das palavras e a divisão delas em classes gramaticais [...]”. Está situada na *junção da natureza e da cultura*” (Irigaray 1993: 20, tradução minha, grifos no original).⁵ No entanto, uma vez que o patriarcado reduziu o valor do feminino, “em vez de permanecer um gênero diferente, o feminino se tornou, em nossas línguas, o não-masculino, ou seja, uma realidade abstrata não existente” (Irigaray 1993: 20, tradução minha).⁶ Assim, para a autora, a linguagem, enquanto supostamente neutra, é, na verdade, masculina, excluindo o feminino. Por isso, se seguirmos seu raciocínio, uma cultura de igualdade, supostamente neutra, seria, na prática, uma cultura masculina, da qual o feminino estaria excluído, continuando como não-existente. Irigaray defende, portanto, que haja uma cultura das mulheres, calcada na diferença sexual, para que, depois que essa cultura seja finalmente ouvida em suas particularidades, se possa falar em igualdade.

Vejo esse “neutro” da linguagem, que é na verdade masculino, como um possível paralelo para a masculinidade hegemônica. Dispensa comentários o fato de que essa masculinidade não represente todos os homens, mas um suposto “Homem universal”, como Costa (2002) comenta. Esse “Homem”, no pensamento de Irigaray, poderia ser chamado de “sujeito”, ao passo que a mulher não seria nem seu Outro, seria o irrepresentável, estando a serviço do mesmo, do logos, como ela discute em *Speculum de l'autre femme* [*Speculum/Espéculo da outra mulher*] (1974). Neste livro, a autora diz que qualquer teoria do “sujeito” já foi apropriada pelo “masculino.” Nesse contexto, para ela, as mulheres são objetificadas no discurso, por serem mulheres, ou reobjetificadas, quando se identificam como o sujeito masculino; a elas é negada a subjetividade, o que as coloca na posição irreduzível de objeto. Ainda para Irigaray, a revolução copérnica centrou o homem fora de si mesmo, elevando-o a uma posição de totalidade, que corta seu laço com a materialidade, tornando-se o sol ao redor do qual as coisas gravitam. Essa imagem lembra a masculinidade hegemônica: uma totalidade ao redor da qual gravitam as subalternas e os subalternos: mulheres e também, ainda que em menor escala, homens.

⁵ Na tradução para o inglês: “It conditions language and is conditioned by it. It not only determines the system of pronouns, possessive adjectives, but also the gender of words and their division into grammatical classes [...]. It’s situated at the *junction of nature and culture*” (Irigaray 1993: 20, grifos no original).

⁶ Na tradução para o inglês: “instead of remaining a different gender, the feminine has become, in our languages, the non-masculine, that is to say an abstract nonexistent reality” (Irigaray 1993: 20).

Masculinidades subalternas: a masculinidade feminina lésbica

Judith Butler comenta, em “The end of sexual difference?” [“O fim da diferença sexual?”] (2004), que o desejo das lésbicas que se identificam como *butch* pode ser interpretado como um tipo de masculinidade não encontrado nos homens. Segundo ela, se “masculinidade” é o nome por meio do qual esse tipo de desejo faz sentido, “então por que fugir do fato de que possa haver meios de a masculinidade emergir em mulheres e de o feminino e o masculino não pertencerem a diferentes corpos sexuados?” (Butler 2004: 197, tradução minha).⁷ Jack Halberstam,⁸ no livro *Female masculinity* [*Masculinidade feminina*] (1998), também argumenta que a masculinidade não deve ser reduzida ao corpo masculino. O autor aponta que a masculinidade feminina tem sido ignorada tanto culturalmente quanto academicamente, sendo reconhecida só nos anos 1990. Para ele, muitas masculinidades que ele chama “heroicas” dependem da subordinação de masculinidades alternativas, sendo uma delas a feminina, por meio da qual é possível entender como a masculinidade se constrói como masculinidade. Halberstam deixa claro desde o início de seu texto que seu enfoque não é nessas masculinidades heroicas, parte da “masculinidade dominante”, que, para ele, parece naturalizar masculinidade e poder. Seu estudo é, assim, indiferente a essa naturalização, vendo os tipos de masculinidade subalterna como “os mais informativos sobre relações de gênero e os mais geradores de mudança social” (Halberstam 1998: 3).⁹ Halberstam reconhece que a masculinidade feminina é mal vista tanto em contextos heterossexistas quanto em feministas/*womanistas*.¹⁰ O autor reconhece que esse tipo de masculinidade pode se apresentar não só como uma forma de rebelião social como também coincidindo com a supremacia masculina – o que explica, em parte, sua visão negativa dentro do feminismo. Tratando-se de formações identitárias, há diversas possibilidades de masculinidade feminina; a *butch*, mencionada por Butler, é apenas uma delas. São vários os exemplos presentes na obra de Halberstam, dentre os quais: *tomboy*, *butch*, *stone butch*, *transgender butch* [*butch* transgênero], *FTM* [*female-to-male* ou homem transexual].

A masculinidade feminina, de acordo com Halberstam (1998), parece ainda mais ameaçadora quanto coincidente com o desejo lésbico, sendo este o maior enfoque de seu livro. No entanto, o autor reconhece que pode existir masculinidade em mulheres heterossexuais, as quais não sofrem tanto preconceito quanto as lésbicas, segundo ele. Também é importante ressaltar – para eliminar qualquer dúvida – que há identidades lésbicas não-masculinas. Luce Irigaray, por exemplo, se opõe fortemente à visão freudiana de que “[o] objeto de escolha de *uma* homossexual só pode ser determinado por um complexo de *masculinidade* particularmente

⁷ No original: “then why shy away from the fact that there may be ways that masculinity emerges in women, and that feminine and masculine do not belong to differently sexed bodies?” (Butler 2004: 197).

⁸ Apesar de ter publicado *Female masculinity* como “Judith Halberstam” em 1998, hoje o autor identifica-se como “Jack”; por isso, ao longo desse texto, será tratado como “ele”, mesmo constando nas referências como “Judith.”

⁹ No original: “most informative about gender relations and most generative of social change” (Halberstam 1998: 3).

¹⁰ *Womanism* é uma teoria focada na opressão racial e de gênero das mulheres negras. O termo foi cunhado por Alice Walker como diferente do feminismo, pois ela não o via representando a mulher negra.

insistente” (Irigaray 1974: 120-121, tradução minha, grifos no original)¹¹ e de que “[o]s impulsos que levam a homossexual a escolher para si um objeto de satisfação são, necessariamente, impulsos ‘masculinos’” (Irigaray 1974: 121, tradução minha).¹² Todavia, a masculinidade é o enfoque de Halberstam; ele dedica um capítulo especificamente à masculinidade lésbica, que é também o meu enfoque. Nesse capítulo, o autor afirma que os casais *butch-femme* foram responsáveis pela visibilidade do complexo desejo entre mulheres na segunda metade do século XX. Nos anos 1970 e 1980, aponta Halberstam, essa forma de *role playing* foi suprimida, de certa forma, por feministas lésbicas, tendo voltado, em meio à incompreensão, nos anos 1990.

Sobre as identidades *butch* e *femme*, Butler discorre longamente em *Problemas de gênero*. Creio que seja pertinente trazer aqui sua reflexão a respeito, que mostra o quanto elas podem deslocar categorias de identidade e sexualidade. A autora rebate acusações de que *butch* e *femme* seriam réplicas de convenções heterossexuais, podendo antes representar o lugar da “desnaturalização e mobilização das categorias de gênero” (Butler 2015: 66), sendo o gay para o hétero “não o que uma cópia é para o original, mas, em vez disso, o que uma cópia é para uma cópia” (Butler 2015: 67, grifos no original). Butler chama essas categorias, não só lésbicas como também gays, de “parodísticas”; segundo ela, elas desnaturalizam o sexo. Tratando da cultura lésbica, a autora explica a produção complexa do desejo que é caso *butch-femme*:¹³

a ‘identificação’ com a masculinidade que se manifesta na identidade *butch* não é uma simples assimilação do retorno do lesbianismo aos termos da heterossexualidade. Como explicou uma lésbica *femme*, ela gosta que os seus garotos sejam garotas, significando que ‘ser garota’ contextualiza e ressignifica a ‘masculinidade’ numa identidade *butch*. Como resultado, essa masculinidade, se é que podemos chamá-la assim, é sempre salientada em contraste com um ‘corpo feminino’ culturalmente inteligível. É precisamente essa justaposição dissonante e a tensão sexual gerada por sua transgressão que constituem o objeto do desejo (Butler 2015: 213).

Não é possível descrever esses desejos em termos de uma relação heterossexual; é justamente a tensão sexual transgressora da masculinidade *butch* que atrai a *femme*. Esse desejo ressignifica as próprias ideias de “masculinidade” e de “corpo feminino”, dissonantemente conectados na *butch*. Há, dessa forma, uma “ressignificação das categorias hegemônicas pelas quais elas [as identidades *butch* e *femme*] são possibilitadas”, colocando em questão “a própria noção de uma identidade natural ou original” (Butler 2015: 214). Abre-se a possibilidade de “deslocamento”, tão cara a Butler, que defende que se repense a subversão da

¹¹ No original: “Le choix objectal d’une homosexuelle ne peut être déterminé que par un complexe de virilité particulièrement insistant” (Irigaray 1974: 120-121, grifos no original).

¹² No original: “Les pulsions qui conduisent l’homosexuelle à se choisir un objet de satisfaction sont, forcément, des pulsions ‘mâles’” (Irigaray 1974: 121).

¹³ É claro que existem casais *butch-butch*, *femme-femme*, e muitos outros que sequer se identificam de acordo com essas categorias na cultura lésbica. O enfoque de Butler, no entanto, é no caso *butch-femme*.

sexualidade e da identidade, não fora (pois não há lugar fora), mas nos próprios termos do poder.

Apesar de Butler falar apenas na masculinidade *butch*, Halberstam (1998) menciona estudo de 1992 de Gayle Rubin, no qual a última mostra como os “investimentos” em masculinidade das *butches* varia muito: algumas investem em vestimentas e penteados, outras apenas se portam como homens; algumas passam por um. Dentre elas, a *stone butch* seria a única identidade sexual definida apenas por suas (não-)práticas sexuais, conforme discute Halberstam; historicamente, ele ressalta, ela é a lésbica que tem relações sexuais com sua parceira *femme* sem, entretanto, se deixar ser tocada por ela. Todavia, apesar das diferentes formações lésbicas masculinas que discute, Halberstam reconhece que *butch* acabou virando um termo geral para toda a masculinidade lésbica.

Quanto ao contexto brasileiro, é evidente que há diversos outros termos para essas formações de identidade e sexualidade. Nádia Elisa Meinerz, em estudo etnográfico sobre masculinidade feminina em contextos homoeróticos de Porto Alegre, observou o uso de “termos pejorativos” como “caminhoneira”, “machorra” e “sapatão”, que faziam referência a “um tipo de mulher não desejável para a constituição de parcerias afetivo-sexuais” (Meinerz 2011: 24). No entanto, a autora aponta que, entre mulheres de classe média, um estilo “andrógino” pode ser valorizado, se diferenciando da masculinidade grosseira atribuída às “caminhoneiras.” Veremos, a seguir, que algumas representações identitárias, nesses termos, estão presentes na literatura brasileira contemporânea.

Masculinidade lésbica na literatura brasileira contemporânea

Dois dos contos de *Amora* (2015), de Natália Borges Polesso, são interessantes para esta discussão. Em “Amora”, a jovem que dá nome à narrativa é inicialmente uma menina “moleca”, que ganha todas as competições de xadrez de que participa. Em certa passagem, ao ser convidada “aos berros” para ir no “flíper” com os amigos Alexandre e Felipe, “Amora avisou os pais, pegou a bicicleta do irmão e, antes de sair, enrolou o cabelo para dentro do boné. Foram-se, três moleques” (Polesso 2015: 151). O comportamento de Amora parece o de uma típica *tomboy*, de acordo com a definição de Halberstam (1998). Segundo ele, o ser *tomboy* “geralmente descreve um período infantil estendido de masculinidade feminina” (Halberstam 1998: 5),¹⁴ e “tende a ser associado com um desejo ‘natural’ de liberdades e mobilidades maiores, desfrutadas pelos garotos” (Halberstam 1998: 6).¹⁵ Amora ainda é uma criança, não vendo problema algum em ser “moleca”, assim como não parecem ver seus pais. O infortúnio da menina começa quando ela se encontra no “flíper” com Júnior, por quem tinha se apaixonado anteriormente. Quando Júnior a vê pela segunda vez, não a reconhece: pergunta se ela (vista como “ele”) tinha uma irmã que jogava xadrez. Ao

¹⁴ No original: “Tomboyism generally describes an extended childhood period of female masculinity” (Halberstam 1998: 5).

¹⁵ No original: “Tomboyism tends to be associated with a ‘natural’ desire for the greater freedoms and mobilities enjoyed by boys” (Halberstam 1998: 6).

passar por menino, ainda mais aos olhos de alguém por quem estava apaixonada, Amora se observa com estranhamento no espelho:

Olhou-se no espelho. O boné, o cabelo preso, a camiseta de banda comprida demais, lisa, rente ao corpo, sem os relevos que outras meninas de sua idade já tinham, a bermuda jeans rasgada, o joelho ostentando casca de ferida, os chinelos preto emoldurando as unhas compridas, rachadas. Jogou o boné no chão e pensou que sem ele talvez Júnior a tivesse reconhecido (Polesso 2015: 152).

Entretanto, a masculinidade infantil de Amora não iria se prolongar por muito tempo: nos oito meses em que estava de coração partido por Júnior, ela entra na puberdade, passando de um corpo “de torre reta” ao “de rainha”, quando “[d]ois pequenos montes brotaram no seu peito” (Polesso 2015: 152). É então que ela é vencida em um torneio de xadrez por Angélica, apaixonando-se novamente, dessa vez, por uma menina. A identidade *tomboy* de Amora não parece lhe trazer mais desconfortos após a puberdade; aparentemente, realmente ficou em sua infância. Como observa Halberstam (1998), essa identidade é tolerada enquanto infantil, só acarretando maiores consequências quando mantida após a puberdade, fase em que a força da conformidade de gênero pesa mais.

Em “Flor, flores, ferro retorcido”, conto que se passa em 1988, a narradora relembra um momento de sua infância, no qual conheceu Flor. Esta é descrita como parecendo o músico Renato Borghetti, sendo dona de um rosto que marcou a infância da menina narradora: “Os cabelos crespos lhe escorriam como fios rebeldes pelos ombros. Talvez fosse o fato de estar sempre de chapéu e alpargatas que lembrasse um pouco o Renato Borghetti, o cara da gaita” (Polesso 2015: 56). Flor é sua vizinha; tem uma oficina perto de sua casa. Certa vez, a menina escuta seus parentes se questionando sobre a outra: “como pode uma machorra daquelas?” (Polesso 2015: 57-58). Depois de cair por cima da cerca de Flor, a narradora é ajudada por ela; nesse momento, sua mãe chega, e a filha pergunta por que a vizinha era uma “machorra” na frente da própria. Evidentemente que a mãe se envergonha. Mais tarde, após muita insistência, a filha consegue arrancar a definição de “machorra” da mãe: “É uma doença, minha filha. A vizinha é doente. [...] Doença de que, mãe? [...] De ferro retorcido que tem lá naquele galpão” (Polesso 2015: 59). A menina, sem entender nada, deixa flores à vizinha, com um bilhete estimando suas melhoras. Quando se encontram, Flor, carinhosamente, agradece as flores e a beija. Celói, amiga da narradora, tenta explicar a ela, fazendo uso de bonecas, a sexualidade de Flor, no que fracassa. Sem desistir da explicação, Celói faz à amiga uma série de perguntas calcadas em binarismos de gênero, que evidentemente têm uma resposta “certa” para uma menina. A narradora fracassa em suas respostas, e a outra conclui: “Então tu é machorra” (Polesso 2015: 62). Nesse momento, desolada, a menina se encontra novamente com Flor, comentando que talvez seja doente como ela, e recebendo então uma nova demonstração de afeto. O choque entre a delicadeza de Flor e a grosseria daqueles que a chama pejorativamente de “machorra” desvela com sensibilidade a ignorância desse tipo de comportamento. As tentativas dos adultos de omitir

definições da menina, porque sabem que estão desrespeitando a moça, só mostram como o silêncio, aliado ao preconceito, pode causar confusão e dor.

De autoria de Ana Paula El-Jaick, *Faz duas semanas que meu amor e outros contos para mulheres* (2008) também traz contos que abordam a masculinidade lésbica. Em “Perfil do consumidor: uma caminhoneira”, há uma breve descrição deste perfil, seguida de um questionário com preferências dessa “consumidora”: desde seu perfume preferido a sua frase predileta. A “caminhoneira”, referida aqui como “[a] lésbica mais identificável” (El-Jaick 2008: 25), é a *butch*, conforme discutimos anteriormente; de fato, o termo anglófono é usado no conto. Por meio da narrativa, sabemos que a atenção sobre elas vem crescendo; resta saber como “entrarão para a história”:

A conquista ou não de seu espaço na sociedade determinará se entrarão para a história como aquelas mulheres que não usam batom, gostam de cabelos curtos e motocicletas, ou como visionárias que souberam contornar as pressões até mesmo dentro da comunidade GLBT e, sobretudo, deixaram a *vontade-de-ser-o-que-é* aflorar, levando as caminhoneiras à liberdade de expressão (El-Jaick 2008: 25, grifos no original).

O texto retrata essas mulheres “corajosas” e sem “frescura” por meio de estereótipos, de forma humorística, permeada de referências à cultura *butch*. Pelo questionário, vemos que as preferências dessa “consumidora” estão em consonância com uma masculinidade acentuada: seu perfume é o “Le Male”; desodorante, “Axe”; sabonete, “o que minha mulher compra”; quanto à roupa íntima, a resposta é “samba-canção” (El-Jaick 2008: 25). Ela gosta de futebol, de “chopininho”, de Cássia Eller, e seu livro preferido não poderia ter sido escolhido com maior intuito humorístico: “*Guia 4 rodas*” (El-Jaick 2008: 26). Sua superstição é “[d]ar três porradas na madeira” (El-Jaick 2008: 27), e ela gostaria de pilotar na Fórmula 1. Nesse caso, como vimos, a masculinidade se inscreve de forma diferente ao se tratar de um corpo feminino; é uma masculinidade que não se encontra em homens. Quanto a seu desejo, são várias as menções dessa “caminhoneira” a sua “mulher”, e uma das entradas do questionário nos diz ela tem uma “tara” por sapato de salto alto. Trata-se de um caso *butch-femme*, conforme o discutido por Butler? Se acreditarmos que o desejo da “caminhoneira” e sua companheira correspondem, podemos supor que a última se identifique como *femme*. O conto que antecede esse é justamente “Perfil do consumidor: uma *lesbian chic*”, que constrói uma identidade feminina, em oposição à “caminhoneira.” A “*lesbian chic*” usa salto alto, rímel, esmalte, *tailleur*, e tem uma *personal stylist*; em suma, é “[c]hiquerrima!!!” (El-Jaick 2008: 21). Além disso, usa sapato italiano, perfume “Chanel n° 5” e tem medo de barata. Diferindo da “caminhoneira”, a “*lesbian chic*” é construída por estereótipos de classe e estilo, com referências mais sutis à cultura lésbica, como ter como escritora favorita Ana Cristina César. Representando a feminilidade lésbica, a “*lesbian chic*” aqui retratada dá parâmetros para que depois, ao se ler o perfil da “caminhoneira”, criem-se oposições – e humor.

Apesar de identidades contrastantes como *butch* e *femme* se fazerem presentes nesses dois contos, nas outras narrativas de *Faz duas semanas que meu amor*, essa distinção não está claramente posta. O mesmo vale para *Amora*: sabemos que os contos tratam, em sua maioria, de relações lésbicas entre mulheres, pois as personagens são nomeadas no feminino e tratadas por pronomes pessoais femininos. Sendo ambos livros de contos, não havendo muito espaço para grandes descrições físicas e psicológicas, não é possível distinguir muito as personagens em termos de identidade – o que talvez seja precisamente a intenção por trás de suas escritas. A não ser em casos bem claros, como o de Flor, de Amora, da “caminhoneira” e da “*lesbian chic*”, fica mais difícil de fazermos análises identitárias. Talvez seja por isso que a teoria *queer* se volte tanto para o cinema e as artes plástica: além de textos literários, Halberstam (1998) analisa diversos filmes e fotografias ao longo de seu livro; de fato, são muitos os trabalhos com enfoque em imagens *queer*.¹⁶

As identidades estereotípicas não são só construídas como também desconstruídas em *Faz duas semanas que meu amor*. O conto “Jogo dos dez erros” brinca com a visão limitada que prevê alguma masculinidade em toda mulher lésbica. Sobre a aparência da narradora, a advogada Adriana, só sabemos que ela arruma seu cabelo e que usa batom. No conto, ela passa um dia se defrontando com diversos estereótipos segundo os quais é vista por algumas pessoas, que sabem de sua sexualidade. Muitos deles presumem uma suposta masculinidade de Adriana, o que ela refuta: os comentários, além de limitados, erram quanto à narradora, que mais se aproxima dos padrões de feminilidade em tais casos. Já no início do conto, ao sair do elevador se coçando – estava com candidíase –, Adriana ouve comentários do tipo: “‘Parece um homem coçando o saco’, ‘Só faltava cuspir no chão’” (El-Jaick 2008: 81); o taxista que a leva ao médico presume que ela goste de futebol, o que não é verdade; seu ginecologista, ao comentar o sedentarismo de Adriana, pergunta: “Pelo menos é você que faz o papel de homem? Porque assim faz mais exercício...” (El-Jaick 2008: 82); ao encontrar um amigo dono de uma concessionária, ele oferece a ela picapes de cabine dupla, dizendo: “você vai ficar de queixo caído, cara” (El-Jaick 2008: 83), sendo surpreendido pela resposta de que ela não sabe dirigir; no escritório, a secretária de Adriana fica espantada ao ser solicitada para comprar macarrão para a advogada e sua companheira: “Mas vocês duas cozinham?!” (El-Jaick 2008: 81); a gerente de um supermercado quer mostrar à Adriana o setor de bebidas, em especial os uísques, ficando surpresa ao saber que a cliente não bebe; por fim, ao chegar em casa, um vizinho de porta não oferece ajuda a ela para carregar as sacolas de compras, presumindo que ela seja forte. Pela escrita, criamos uma imagem de Adriana como sendo uma mulher complexa, não-passível de ser reduzida a um outro polo. Não que essa seja uma crítica a tais representações mais oposicionais: Adriana mostra apenas um caminho, segundo o qual uma mulher lésbica, como qualquer ser humano, pode trazer características essencialmente atribuídas a diferentes gêneros e identidades. Dessa forma, ao longo dessa divertida narrativa, estereótipos são desconstruídos, e, no fim, o que importa é que Adriana chega a sua casa, feliz por se reencontrar, depois de um dia tão longo, com sua parceira.

¹⁶ *Queer images: a history of gay and lesbian film in America* [Imagens queer: uma história do cinema gay e lésbico na América/nos EUA] (2006), de Harry M. Benshoff e Sean Griffin, é outro exemplo de trabalho com imagens *queer*.

Considerações finais

Tratando os estudos sobre masculinidades como parte dos estudos de gênero, é possível discutir as masculinidades de forma muito mais enriquecedora. A discussão sobre masculinidade hegemônica muito tem a dialogar com conceitos já muito discutidos no feminismo, como o de patriarcado. Não vejo razão para que esse relativamente novo campo de estudos se coloque fora de toda uma tradição de estudos de gênero, que evidentemente começou com a posição mais subalterna em relação às masculinidades, a feminina. É claro que, assim como defendo que a masculinidade não pertence ao gênero masculino, a feminilidade também não pertence ao feminino. Aliás, a feminilidade nas mulheres parece algo a ser repensado, reorganizado, assim como a masculinidade no caso dos homens. É justamente nos cruzamentos, nos deslocamentos, que existe possibilidade de subversão e, a meu ver, interesse teórico. Estudos sobre a masculinidade feminina e sobre a feminilidade masculina têm muito a (des)construir, sendo objetos interessantes de pesquisa, principalmente no contexto atual. É criticando o poder da masculinidade hegemônica que as masculinidades (e também as feminilidades) subalternas podem ser objeto de reflexão e crítica do poder. E é focando não só aqueles que estão à margem como também sua relação com a hegemonia que se poderá subverter categorias de identidade e sexualidade dentro dos termos do poder.

No caso específico da masculinidade lésbica, há uma tripla subalternidade em questão: por se ser mulher, homossexual e identificada como masculina – o que pode se apresentar de forma ainda mais complexa ao se levar em conta questões étnicas. É inegável a dificuldade, para esses sujeitos, de viver em mundo, infelizmente, ainda tão binário. Estudando essas identidades e esses desejos transgressores, participamos, de certa forma, de seus atos subversivos – se já não o fazemos cotidianamente sendo um desses sujeitos. A meu ver, esse é o melhor caminho para os estudos de gênero, de masculinidades, de humanidades: participar ativamente desse jogo entre hegemonia e subalternidade, com objetivo, é claro, de causar deslocamentos nas estruturas de poder.

A literatura, como vimos, possibilita que, por meio da materialidade da letra, possamos nos identificar, ainda que só por algumas páginas, com esses sujeitos, ou que possamos nos ver representadas ou representados, caso já nos identifiquemos com eles. Assim como as outras manifestações artísticas e culturais, a literatura é capaz de nos sensibilizar em relação à menina *tomboy*, à “machorra” tristemente vista como doente, às *butches* e às *femmes* – ou às “caminhoneiras” e às “*lesbian chics*” –, ou talvez a alguém que não se veja como parte de nenhuma dessas identidades. Essa sensibilização, capaz de levar a deslocamentos, pode se dar de diversas formas, até pelo humor. Como a teoria – em geral, precedendo-a –, a literatura funciona como um *locus* subversivo; e é assim, para mim, que cumpre seu papel.

FROM HEGEMONIC TO SUBORDINATE MASCULINITIES: LESBIAN MASCULINITY IN CONTEMPORARY BRAZILIAN STORIES

Abstract: In this work, I review studies of masculinities and gender studies, advocating that the former should be placed as part of the latter. Thereafter, I focus on hegemonic masculinity and its possible relations with feminist discourses. I then discuss lesbian female masculinity, which is considered a kind of subaltern masculinity, subordinate to hegemonic masculinity. Finally, I discuss a few representations of lesbian masculinity in contemporary Brazilian literature, more specifically, in the short story collections *Amora*, by Natália Borges Polezzo, and *Faz duas semanas que meu amor*, by Ana Paula El-Jaick.

Keywords: Gender studies; Hegemonic masculinity; Lesbian masculinity; Contemporary Brazilian literature.

REFERÊNCIAS

BENSHOFF, Harry M. GRIFFIN, Sean. *Queer images: a history of gay and lesbian film in America*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2006.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. London: Routledge, 2011.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. The end of sexual difference? In: BUTLER, Judith. *Undoing gender*. New York: Routledge, 2004, p. 174-203.

CONNELL, Robert "Raewyn". MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos feministas*, vol. 21, 2013, p. 241-281.

CORNWALL, Andrea. LINDISFARNE, Nancy (eds.). *Dislocating masculinity: comparative ethnographies*. London: Routledge, 2005.

COSTA, Rosely Gomes. Mediando oposições: sobre as críticas aos estudos de masculinidades. In: ALMEIDA, H. B. D. et al. (eds.). *Gênero em matizes*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002, p. 213-241.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero (1987). Tradução de Suzana Funck. In: BUARQUE DE HOLANDA, Heloisa (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

EL-JAICK, Ana Paula. *Faz duas semanas que meu amor e outros contos para mulheres*. São Paulo: Edições GLS, 2008.

HALBERSTAM, Judith "Jack". *Female Masculinity*. Durham: Duke University Press, 1998.

IRIGARAY, Luce. *je, tu, nous: toward a culture of difference*. Trad. Alison Martin. London: Routledge, 1993.

IRIGARAY, Luce. *Speculum de l'autre femme*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1974.

MEINERZ, Nádia Elisa. *Mulheres e masculinidades: etnografia sobre afinidades de gênero no contexto de parceiras homoeróticas entre mulheres de grupos populares em Porto Alegre* (Tese de doutorado). Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UFRGS, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/54072>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

POLESSO, Natália Borges. *Amora*. Porto Alegre: Não Editora, 2015.

ARTIGO RECEBIDO EM 29/01/2016 E APROVADO EM 21/03/2016